

Representação Social nas falas dos servidores que trabalham com adolescentes em conflito com a Lei¹

Resultado de Investigação Finalizada

GT 22 – Sociologia del Infancia y juventud

Tháisa Calixto dos Santos²
Fellipe Lemos de Paula Barros³

Resumo

O presente artigo teve como foco central, a compreensão dos processos de constituição dos sujeitos e seus posicionamentos diante da dinâmica das relações interpessoais cotidianas, isto é, as representações sociais no interior de um instituto de atendimento sócio-educativo no estado do Espírito Santo (IASSES). No objetivo específico foi analisado como isso se concretiza na relação entre os servidores do IASSES e os adolescentes em conflito com a Lei. O referencial teórico deste trabalho está alicerçado em autores como Émile Durkheim e, Serge Moscovici que inaugura as Teorias das Representações Sociais colocando no cerne da questão a ação dos indivíduos. Baseia-se também em conceitos como alteridade radical de Denise Jodelet, e, no que Goffman chamara de Estigma.

Palavras Chaves: Representações sociais, adolescência e, estigmas.

I.1 - Trabalhando o conceito

Partindo dos pressupostos da Teoria das Representações Sociais (TRS), desenvolvida por Moscovici (1961), analisaremos a estrutura funcional do Instituto de Atendimento Sócio-Educativo do Espírito Santo (IASSES), por meio de falas dos servidores que trabalham diretamente com os adolescentes em conflito com a Lei, bem como a forma como estes (re)interpretam e (re)elaboram a realidade cotidiana do instituto, e para tanto, agem e reagem sobre ela.

Assim sendo, entende-se a Representação Social como

Um conjunto de conceitos, explicações e afirmações que se originam na vida diária, no curso de comunicações interindividuais. É a forma como o indivíduo organiza seu mundo material e simbolicamente, no qual a linguagem desempenha um importante papel, facilitando associações de idéias, reconstruções de regras e valores, onde o desconhecido passa, simbolicamente, a conhecido (MOSCOVICI, 1978).

Toda representação social tem um processo de constituição, construção, e elaboração simbólica, isto é, uma origem que na prática se dá por sujeitos sociais historicamente situados que mobilizam seus

¹ Este trabalho, relacionado ao subprojeto da área de Ciências Sociais “Repercussões macro-sociais na produção de delitos praticados por jovens e adolescentes”, é parte do relatório final da pesquisa “Delitos de adolescentes: o paradoxo dos apelos extremados e inauditos”, financiada pela FAPES e orientada pela Prof^a. Dr^a. Raquel de Matos Lopes Gentili.

² Cientista Social da Universidade Federal do Espírito Santo e, bolsista de Iniciação Científica pela FAPES, na ocasião da pesquisa.

³ Bolsista da CAPES, Mestrando em Política Pública e Formação Humana da Universidade Estadual do Rio de Janeiro.

paradigmas prévios – sentimentos, medos, a cultura – para fazer o movimento dialético entre o não-familiar e familiar.

Nesse momento, temos dois atores fundamentais para se entender a representação: o sujeito que representa e o objeto que é representado. Uma vez representado o externo, este vai expressar atributos do próprio objeto representado, assim como, atributos do sujeito que o representa, o qual num processo de acolhimento vai estabelecer associações com aquela realidade por semelhanças ou diferenciações, podendo aceitá-la ou recusá-la.

Não obstante, não vivemos num mundo em estado bruto, a dinâmica das nossas relações diárias permitem que nos posicionemos diante da realidade e assim interagirmos com ela. Podemos perceber isso na fala de um dos monitores internos da UNIS, veja:

“Se tratar o homem como cachorro, ele vira cachorro, tem que tratar homem como homem, chamar os adolescentes pelo nome, um por um, e não por ladrão, apelidos, ou artigos” (Informação verbal⁴).

Assim sendo, quando um “monitor” se posiciona no seu cotidiano de trabalho e pauta suas ações e significa seu mundo desta forma, isto é, representa o interno do IASES, como sujeito que têm nome, direitos e deveres, suas ações para com este serão de aceitação e não de rejeição. E os internos ressignificarão isso também.

Nesse sentido, esse monitor está dando uma imagem a esse “interno”, o que Moscovici chama de objetivação: carregado da marca dos sujeitos que representam, esse é um dos processos de constituição das representações sociais, o qual dá uma imagem correspondente a uma idéia mobilizada lá no nosso arsenal simbólico prévio, já falado anteriormente, a esse objeto representado. Outro processo é o da ancoragem, no qual essas idéias se concretizam produzindo conceitos e/ou pré-conceitos, dependendo de quem as assimilam e como o fazem. Esses processos se dão cotidianamente, no que Moscovici chama de *pressão à inferência*, isto é, a necessidade de se chegar a uma conclusão sobre aspectos da realidade que somos chamados a explicar, e para tanto, apropriar-se deles.

Numa perspectiva empírica, a teoria das representações sociais se traduz como uma teoria espontânea, baseada no conhecimento do senso comum, uma vez que a construímos para gerir nossas necessidades com a realidade. Sendo assim, a representação é social porque serve como guia para ações no mundo em que vivemos e surge no âmbito da sociedade.

O embrião dessa teoria esteve nos escritos de Émile Durkheim, que pensou primeiramente em representações coletivas. Para Durkheim, sua atenção estava mais voltada para as ações dos fatos sociais sobre os indivíduos, do que na origem deles, enquanto para Moscovici, as representações sociais são sociais, e para tanto surgem na tentativa de explicar os processos de sua constituição e seus conteúdos pelos indivíduos em sociedade. É aí então, que está a diferença fundamental entre as duas categorias:

Os grupos são encarados **a posteriori**, de maneira estática, não na medida em que criam e se comunicam, mas enquanto utilizam e selecionam uma informação que circula na sociedade. Em contrapartida, as representações sociais são conjuntos dinâmicos, seu **status** é o de uma produção de comportamentos e de relações com o meio ambiente, de uma ação que modifica aqueles e estas, e não de uma reprodução desses comportamentos ou

⁴ As informações verbais presentes neste trabalho estão destacadas em itálico e consistem em falas dos funcionários do IASES que participaram dos encontros promovidos pelo Projeto Re-significar.

dessas relações, de uma reação a um dado estímulo exterior (MOSCOVICI, 1978, p. 50, grifos nossos).

Contudo, Moscovici analisa as representações sociais no mundo contemporâneo – sociedade em constante mudança, *modernidade líquida* – e elas interferem nas ações e interpretações dos indivíduos e sua realidade à volta enquanto, em Durkheim, as representações surgem numa sociedade menos dinâmica, mais arcaica e as representações dos indivíduos não interferem na maneira a qual eles agem na sociedade, uma vez que o fato é social, exterior às consciências individuais, geral e coercitivo. Momento no qual, nasce a idéia de representação coletiva, ou seja, a sociedade é “quem” pensa.

Para Durkheim,

As representações coletivas traduzem a maneira como o grupo se pensa nas suas relações com os objetos que o afetam. Para compreender como a sociedade se representa a si própria e ao mundo a que rodeia, precisamos considerar a natureza da sociedade e não a dos indivíduos. Os símbolos com que ela se pensa mudam de acordo com a sua natureza [...]. Se ela aceita ou condena certos modos de conduta, é porque entram em choque ou não com alguns dos seus sentimentos estes que pertencem à sua constituição (DURKHEIM, 1978, p. 79).

Outro eixo fundamental, para se entender a TRS é conceber o sujeito como produto e produtor social o que implica, necessariamente, ter como preocupação básica o estudo das relações que ele estabelece com o outro – entendidas como constitutivas do eu – e os sentidos que o outro assume nas diversas culturas. Assim sendo, como afirma Jodelet, entender a alteridade como produto e processo psicossocial: “[...] a alteridade ‘só pode ser analisada tendo como pano de fundo as condições que estruturam as relações sociais, em um contexto plural’” (JODELET, 2005).

Exemplificando: utilizando a loucura como uma das faces da alteridade, Jodelet defende a idéia de que

a alteridade é produto de duplo processo de construção e de exclusão social que, indissolavelmente ligados como os dois lados de uma folha, mantêm sua unidade por meio de um sistema de representações (JODELET, 2005).

Não obstante, a representação do nosso “objeto”, o aluno, como: bandido, vadio, marginal, mendigo, morador de rua, trabalhador, pobre, carente material e simbolicamente, foi construída a partir daqueles que elaboram a diferença como alteridade (radical), não daqueles que se encontram encerrados nela. Pouco se sabe sobre a experiência vivida pelos que estão expostos a essa situação de alteridade, e sobre a exclusão que resulta dela (JODELET, 2005), isto é, a sua *positividade concreta*⁵.

Nesse sentido, são nessas narrativas que a pesquisa se ateve, objetivando e ancorando conceitos de como servidores e alunos vivem suas vidas uns com os outros, os seus espaços de intersubjetividade, o espaço público e como se posicionam as representações sociais nesse cotidiano de relações que se dá dentro das Unidades de Medidas Sócio-educativas do IASES.

Assim sendo:

⁵ A positividade concreta foi uma categoria analítica desenvolvida por Cynthia Andersen Sarti (2005), em seu estudo sobre a moral dos pobres, que pensa a pobreza não apenas pela lógica da falta, da carência material e simbólica que são atributos quase natos do pobre, mas sim um sistema complexo de relações, onde a família tem um caráter central, que envolve estratégias coletivas e qualidades individuais na luta pela sobrevivência e que só serão realmente interpretadas a partir de suas narrativas próprias.

“A esfera pública, portanto, (...) como o espaço que encontra sua forma de expressão no diálogo e na ação comunicativa, traz para o centro de nossa análise a dialética entre UM e o OUTRO e sublinha a importância das relações entre sujeito-outros sujeitos-sociedade para dar conta dos possíveis significados tanto da vida individual como da vida pública. Porque quem sou EU se não o EU que OUTROS apresentam a mim?”. (JOVCHELOVITCH, 1995, p. 70)

E:

“Mais ainda, é através de ação de sujeitos sociais agindo no espaço que é comum a todos, que a esfera pública aparece como o lugar em que uma comunidade pode desenvolver e sustentar saberes sobre si própria – ou seja, representações sociais”. (JOVCHELOVITCH, 1995, p. 71)

E muitas vezes, é nessa esfera pública (Instituições de Atendimento Sócio-educativo), que se efetiva o lugar antropológico que Marc Augé (1992/94), descreve:

O lugar antropológico possui três características: ele pretende-se identitário, relacional e histórico. É relacional porque coloca as pessoas na sintonia de um sentido comum, partilhado – símbolos que fornecem a chave de acesso a um pertencimento, à cumplicidade de uma existência articulada sob bases comuns. Identitário porque resgata ao sujeito um marco de reconhecimento, o coloca no cruzamento de caminhos e de itinerários percorridos por determinado grupo, demarcando-lhe um centro, bem como limites, possibilidades e contornos específicos. É histórico porque preserva uma memória, investe afetivamente acontecimentos e fatos que convergem na vivência de um trabalho coletivo de inscrição de sentido sobre o mundo (AUGÉ, 1992/94).

Estes *lugares antropológicos* seriam as unidades de internação, nas quais se encontram os adolescentes em conflito com a Lei. Unidades em que os adolescentes se relacionam, se identificam e se situam num determinado tempo e espaço a partir do motivo pelos quais os fazem estar ali. Mas, o que acontece na realidade de instituições como essa, é o que Augé, também descreveu como a negativa desse lugar antropológico, o *não-lugar*: “um espaço que não pode se definir nem como identitário, nem como relacional, nem como histórico definirá o não-lugar” (AUGÉ, 1992/94, p. 73).

Contudo, as principais características desse lugar antropológico, é a relação que estes nos permitem ter com os outros sujeitos (servidores x alunos), o sentimento de pertença a esse lugar e o seu caráter de *ethos*, isto é, identidade. Nesse contexto, é fornecido aos adolescentes em conflitos com a Lei, por exemplo, uma segurança para se manter íntegro e preso às coisas e às pessoas com quem convive no seu dia-a-dia. Sendo assim, a finalidade das Unidades não seria a de punir fisicamente o adolescente, mas, sim, de lhe oferecer as condições de que necessita para se “recuperar” perante a sociedade, recuperar-se de um “mal incurável”, que desconsidera toda a sua alteridade ali existente e o condena com uma marca irremediável, a não ser o exílio, ou seja, o *não-lugar*. Esses não-lugares os quais os nossos adolescentes circulam são marcados pelo que Augé disse:

Não compõem nenhuma integração de sentidos, não medeiam nenhuma espécie de interação humana duradoura; são verdadeiros vácuos que

introduzem as pessoas num mundo prometido à individualidade solitária, à passagem, ao provisório, ao efêmero (AUGÉ, 1992/94, p. 74).

I.2 - Radicalizando a alteridade

No bojo desses espaços interpessoais e intergrupais é que se efetivam as relações de aproximação, assimilação, alteridade e exclusão. Pensemos então, como a dialética entre *um* e um *outro* e entre um próximo (que supõe uma comunidade e/ou uma proximidade social) e um alter (que supõe uma diferença e/ou uma distância social), vai refletir práticas de diferenciação e exclusão.

É de suma importância compreender que a alteridade convoca a noção de identidade tanto quanto de pluralidade, e é nesse contexto de múltiplas interações sociais, culturais que ela se manifesta. Sabe-se que existe aí, um caminho já esgotado entre esse “próximo” e “alter”, que não espera entender como um “nós” ou “não-nós” pode existir, radicalizando assim o processo. É aí então, naqueles que elaboram o “não-eu” num contexto plural, como diferente, que surge a forma radical da alteridade.

A alteridade radical, para Jodelet, terá sua expressão ideal-típica e extrema no racismo: na medida em que ela se inscreve ao mesmo tempo nas práticas e discursos, supõe representações, uma teorização e uma organização dos afetos (JODELET, 2005). Nesse processo, tem-se a elaboração de estereótipos que reconheceriam por meio de práticas como as várias formas de violência, desprezo, intolerância, humilhação, exclusão, uma comunidade de racistas. Convocando assim, a idéia de identidade, isto é, os racistas e/ou as vítimas do racismo.

À luz dessa teoria, pensamos como as dimensões simbólicas subjacentes a toda relação com a alteridade e os vínculos sociais entre os internos do IASES e os servidores, se constroem e onde eles se excluem. Nessa pesquisa essa análise foi possível, através das falas dos servidores e de poesias elaboradas pelos próprios internos em Oficinas de Literatura, extraídas dos relatórios dos psicanalistas que atuaram no Projeto Re-significar, durante um ano na instituição.

Vejamos:

“Tem quatro menores quê estão lá a mais de um ano, foram para lá, sai, voltam como patrões (**dono de boca de fumo**), eles tinham como ser reabilitados, mas, por ter ido para lá se tornam BANDIDOS, dois eram da escola técnica e hoje é bandido. Tem que separar o joio do trigo” (Grifos nossos).

“Quando eu vou levar um menino no médico a gente é ridicularizado como assistente de aluno. O assistente de aluno tampou o nome em sua camisa, dizendo que a sociedade não aceita, o médico ri [...]”.

“Estes adolescentes derrubam as regras, se tornaram ladrão para a sociedade e o estado tem que recuperar o adolescente”.

“A história ensina que o negro não tem lugar é ‘subaltérmino’, sem lugar, aí o crime vai dar para ele O QUE ELE NÃO TEM, É DIFÍCIL PARA ELE SE VER EM OUTRO LUGAR, EM UM ESPORTE [...]”.

“Estamos lidando com pessoas perigosas, a realidade é que estamos lá porque precisamos, é tudo ladrão e criminoso, assassino, são esses que estamos

lidando, para a SOCIEDADE NÓS TAMBÉM SOMOS LADRÃO, QUANDO FALAMOS QUE TRABALHAMOS LÁ”.

“[...] o infrator é uma fase terminal, é preciso de uma vacina igual de AIDS, é preciso de uma vacina para o menor infrator [...]” (Informações verbais).

Não obstante, estas são representações de pessoas que estão cotidianamente trabalhando com esses adolescentes, organizando e pautando suas ações de acordo com seus paradigmas prévios. A questão crucial está aí, na essência negativa pelas quais esses vínculos são estabelecidos e como isso pode gerar, e gera, um distanciamento, muitas vezes, intransponível. Jodelet (2005), magistralmente, pondera em sua teoria: como se torna possível que um próximo apareça como um alter, visto o papel desempenhado pelo outro na constituição da pessoa.

Assim sendo, radicalizado a função do outro na formação da pessoa “menor” e “infrator”, baseado na diferença entre os que estão dentro da norma (servidores), e eles, os “menores infratores” que por um desvio ou outro, estão fora da norma, é que se estigmatiza uma marca que pode vir a se tornar incurável. Nesse mesmo lugar, se encontram os negros, nas comunidades de racistas, os aidéticos, os deficientes físicos e mentais, os homossexuais, os criminosos e nossos adolescentes que estão em conflito com a Lei.

I.3 - Produzindo estigmas

Fala-se em “marcas incuráveis”, estigmas, identidades, alteridades; conceitos que são expressos simbólica e materialmente, nas falas dos servidores do IASES. Eis um dos exemplos, quando um servidor afirma que a cura para a doença do menor infrator, teria que ser uma vacina como a da AIDS, ou quando dizem ser o seu trabalho perigoso, pois lidam com criminosos e assassinos, e se reconhecem como iguais a eles pela sociedade, e assim como algo contagioso, é necessário que mantenhamos distância. Isso é o estigma, entendido originariamente pelos gregos como

[...] sinais corporais com os quais se procurava evidenciar alguma coisa de extraordinário ou mau sobre o status moral de quem os apresentava [...] uma pessoa marcada, ritualmente poluída, que devia ser evitada, especialmente em lugares públicos (GOFFMAN, 1988, p. 11).

Dessa forma, quando representamos esses adolescentes em suas negatividades abstratas, encerrados na exclusão que resulta delas, não damos espaços para conhecer suas histórias de vida e a forma como eles encontraram para se (re) alocarem no mundo. E assim, a força depreciativa do estigma é grande, e se faz necessário chegar um pouco mais perto para se entender esses sinais.

Assim, o fazamos então.

“A socialização de fora é diferente da socialização de lá de dentro, por exemplo, eu estou fazendo algo bom para subir na vida, estudando, trabalhando, esta é a minha sociedade e o que está dentro da cadeia, quanto mais tempo de cadeia mais conquista. Por isso, a sociedade deles é importante, quanto mais **marca** de tiro melhor, mais vale, ele assume o crime sem ter cometido, só para subir na vida” (Grifos nossos).

“O nosso mauzinho e bonzinho tem dificuldade de se ver”.

“Um menino era chamado por ZÉ URUBU, por ser sujo e feio, a partir de ser chamado pelo nome ele começou a tomar banho e pintar”.

“Uma questão que eu percebi na fala dos técnicos é que é preciso dar uma solução e mudar o menino, e às vezes o menino já se encontrou neste lugar de ladrão, ele se acha um nada e que só se encontrou neste lugar. Ele se vê nesta história, mesmo que não seja boa” (Informações verbais).

Em nossa sociedade existe uma necessidade de categorização das pessoas, (bonzinhos x mauzinhos), que dentro de expectativas normativas nos qualificam, aproximam, distanciam, estranham e nos familiarizam. Assim, constituímos nossas identidades sociais. Segundo Goffman (1963), possuímos duas formas de nos identificarmos socialmente, são elas: a virtual e a real. Dentro dessa lógica, entende-se por *identidade social virtual*, uma caracterização efetiva, marcada pelo caráter que imputamos ao indivíduo, e por *identidade social real*, a categoria e atributos que o indivíduo, na realidade, prova possuir.

Partindo desse pressuposto, o *estigma*, nada mais é que um sistema de classificação socialmente imposto que impede ao indivíduo a possibilidade de ser recebido com facilidade na relação social cotidiana. Em outros termos, o estigmatizado “possui um traço que pode-se impor à atenção e afastar aquele que ele encontra, destruindo a possibilidade de atenção para outros atributos seus” (GOFFMAN,1988, p. 14). Assim como, deixamos de considerar o estigmatizado como “criatura comum e total e reduzindo-o a uma pessoa estragada e diminuída” (GOFFMAN,1988, p. 12).

Nesse sentido, quando analisamos as relações que se estabelecem com os servidores e alunos (internos do IASES) através de seus discursos, percebemos que real ou virtualmente, os estigmatizados de nossa sociedade sejam por abominações do corpo, como tipifica Goffman, ou por culpas de caráter individual, ou ainda por estigmas tribais de raça, nação e religião, estão sob a égide da exclusão e da radicalização de suas alteridades.

Como disse Goffman,

Em primeiro lugar, há as deformidades físicas. Em segundo as culpas de caráter individual percebidas como vontade fraca, paixões tirânicas ou não-naturais, crenças falsas e rígidas, desonestidade, sendo essas inferidas a partir de relatos conhecidos de, por exemplo, distúrbio mental, prisão, vício, alcoolismo, homossexualismo, desemprego, tentativas de suicídio e comportamento político radical. Finalmente, há os estigmas tribais de raça, nação e religião, que podem ser transmitidos através de linguagem e contaminar por igual todos os membros de uma família (GOFFMAN, 1988, p.14).

Em suma, “bonzinhos e mauzinhos” e “zés urubus” estão sendo continuamente (re) criados e a norma estigmatizante de nossa sociedade não consegue, na maioria das vezes, dá conta de situarem esses indivíduos no universo social, seja ele, no interior de uma Unidade de Internação, ou dentro das Escolas e até mesmo nas suas próprias famílias.

I.4 - Sob a ótica da miopia

Este capítulo surgiu com o intuito de nos aproximarmos da realidade dos internos do IASES, a partir do ponto de vista de quem está perto, isto é, sob a ótica da Miopia⁶. Em toda pesquisa falou-se muito em modos de ver, de representar esses adolescentes em conflito com a Lei, pelo o olhar do outro. Agora, nessa fase da pesquisa, ouviremos as vozes desses meninos através das suas visões de dentro, com algumas poesias escritas pelos mesmos em Oficinas da Palavra na Instituição.

Suas vozes e olhares:

Nada te custa

Um silêncio cuidadoso sobre os erros dos outros.

Uma palavra de reconhecimento e de incentivo para as boas qualidades do próximo.

(Anônimo)

Como uma gota d'água

Como uma gota d'água, uma vogal, uma consoante
 assim é minha esperança: uma gota d'água,
 uma lembrança, que se torna num pensamento um momento.
 Preciso de esperança, esta é a minha segurança
 sou uma gota d'água em meio a um oceano de solidão,
 sou uma pequena sombra em meio às trevas.
 Esperança, esperança, vem pra mim, esperança quer confiança.
 Confiança para andar, pensar, falar, brincar, amar.
 Quero ser como um grão de areia, uma gota d'água que se une
 a outras gotas, e se transforma em um lindo oceano,
 ou um rio de águas vivas, que dá vida, que cura, que transforma,
 e que transmite a luz, a luz de Jesus.

(Anônimo)

O preso

O que quer dizer isso?

Para muitos isso é a maneira mais prática de se chamar um detento.

Muitos esquecem que o preso também é ser humano.

Quem diz isso? Eu. Eu quem? Tomás, apenas mais um.

Um preso não, um ser humano, pagando pelos seus erros.

Se você pensar bem lembre-se: quem nunca pecou atire a primeira pedra.

Será que você nunca errou? Eu acho difícil.

A comunidade carcerária tem me dado muitos exemplos,

coisas que antes pensava que nunca precisaria para viver,

um deles é a superação, a regeneração,

eu aprendi que nesse mundo nós precisamos um do outro.

⁶ A Miopia é a condição em que os olhos podem ver objetos que estão perto, mas não são capazes de enxergar claramente os objetos que estão longe. Busca no site: <http://www.miopia.com.br>

A sociedade tem que entender que para tudo há uma superação,
seja na vida material ou na espiritual.

A minha superação é material, eu pretendo superar o crime.

Vida nova se Deus quiser.

(Tomáz P. da Silva – Óbito)

Sem título

...O ser humano um dia vai parar de brigar e vai passar a se importar com as coisas realmente importantes da vida.

Por que tanta briga, ó meu Deus, olhe para nós nesse lugar,

por que aqui eles não querem nos escutar, um inocente como eu nesse lugar, sem,

nada poder falar, sem poder me expressar.

mas um dia esse sofrimento vai acabar,

porque eu confio em Deus, o senhor de Judá...

(Anônimo)

“O que existe de mais estratégico na vida de alguém sob o signo do estigma, é a aceitação, a auto-imagem e a (re)construção da identidade social real” (GOFFMAN, 1988). É isso que os alunos da Oficina da Palavra tentam reconfigurar nas suas trajetórias “desviantes” com as poesias, uma vez que poucos chegam perto de suas narrativas e não elaboram as suas marcas sociais – *“quanto mais marca de tiro melhor, mais vale, ele assume o crime sem ter cometido, só para subir na vida”* (Informação verbal) – como sinais de que é melhor “manter a distância”.

Isso ocorre em diversos sentidos em nossa sociedade como já afirmou Jovchelovitch (2000):

Quando se trata de investigar realidades pobres e miseráveis, os sujeitos destas realidades simplesmente não estão lá. Eles desaparecem em meio aos índices de criminalidade, de mortalidade infantil, de pobreza absoluta e fome. É verdade que existem interpretações várias sobre suas vidas e sobre as razões de sua situação. Mas a sua voz, sua experiência e suas narrativas são muito menos frequentes (JOVCHELOVITCH, 2000, p. 112).

É na sua positividade concreta, isto é, nas vozes e olhares desses adolescentes em conflitos com a Lei, que está o remédio para os problemas de visão da nossa sociedade e de suas expectativas normativas, para que então, façamos um movimento dentro e fora dessas instituições para abortar esses processos. Porque se pensarmos que até mesmo os servidores de uma instituição se auto-transformando, criada para cuidar desses adolescentes transita em meio aos preconceitos e estigmas imaginem como eles, as suas famílias e o resto da sociedade ressignificarão esses papéis.

Referências Bibliográficas

AUGÉ, M. Não-lugares: introdução a uma antropologia da supermodernidade. In: **Coleção Travessia do Século**. Campinas, São Paulo: Papirus, 1994.

COELHO, Denise Carla Goldner. *Lobo em pele de cordeiro – manicômios do contemporâneo: uma concepção para se pensar abrigos de crianças*: Serra; ES: Formar, 2007.

DURKHEIM, E. Sociologia. In: RODRIGUES, J. A. (Org.). **Coletânea Grandes Cientistas Sociais**. Tradução de RODRIGUES, L. N. 3. ed.; São Paulo, São Paulo: Ática, 1984.

DURKHEIM, EMILE. 1978. *As regras do método sociológico*. São Paulo: Abril. (Pensadores)

GOFFMAN, E. **Estigma**: notas sobre a manipulação da Identidade Deteriorada. Rio de Janeiro, Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1988.

GUARESHI, P. A., JOVCHELOVITCH, S. (Orgs.). *Textos em Representações Sociais*. 2. ed.; Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1995.

JODELET, D. A alteridade como produto e processo psicossocial. In: ARRUDA, A. (Org.). **Representando a alteridade**. 2. ed.; Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2005.

JOVCHELOVITCH, Sandra. 2000. *Representações Sociais e Esfera Pública: a construção simbólica dos espaços públicos no Brasil*. Petrópolis: Vozes.

MOSCOVICI, S. *A representação social da psicanálise*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

SARTI, C. A. **A família como espelho**: um estudo sobre a moral dos pobres. 3. ed.; São Paulo, São Paulo: Cortez, 2005.